

TIMOTHY SNYDER

Na contramão da liberdade

*A guinada autoritária nas democracias
contemporâneas*

Tradução
Berilo Vargas



Copyright © 2018 by Timothy Snyder
Todos os direitos reservados.

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Título original

The Road to Unfreedom: Russia, Europe, America

Capa

Kiko Farkas e Gabriela Gennari/ Máquina Estúdio

Imagens

p. 46: (à esquerda) Universal History Archive/ Getty Images

p. 46: (à direita) Fine Art Images/ Heritage Images/ Getty Images

p. 183: Konstantinks/ Shutterstock

Mapas

Beehive Mapping

Preparação

Alexandre Boide

Revisão

Ana Maria Barbosa

Angela das Neves

Índice remissivo

Luciano Marchiori

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Snyder, Timothy

Nas contramão da liberdade : A guinada autoritária nas democracias contemporâneas/ Timothy Snyder ; tradução Berilo Vargas. — 1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2019.

Título original : The Road to Unfreedom : Russia, Europe, America.

ISBN 978-85-359-3213-3

1. Estados Unidos – Política e governo – Século 21
2. Europa – História – Século 21 3. Países ocidentais – Política e governo – Século 21 4. Relações internacionais 5. Rússia – Política e governo – Século 21 1. Título.

19-23845

CDD-973.93

Índice para catálogo sistemático:

1. Relações internacionais : Política e governo : Século 21
973.93

Iolanda Rodrigues Biode – Bibliotecária – CRB-8/10014

[2019]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/cialetras

Para os repórteres, heróis da nossa época

Sumário

Prólogo	9
1. Individualismo ou totalitarismo	25
2. Sucessão ou fracasso	51
3. Integração ou império	87
4. Novidade ou eternidade	138
5. Verdade ou mentiras	194
6. Igualdade ou oligarquia	262
Epílogo	338
<i>Agradecimentos</i>	343
<i>Notas</i>	347
<i>Índice remissivo</i>	413

Prólogo (2010)

Meu filho nasceu em Viena. Foi um parto difícil, e a primeira preocupação do obstetra austríaco e da parteira polonesa era o bebê. Ele respirava, a mãe o segurou por um momento e logo foi levada para a sala de cirurgia. A parteira, Ewa, o entregou a mim. Meu filho e eu ficamos um pouco perdidos em meio ao que ocorreu em seguida, mas estávamos juntos. Ele olhava para cima, com olhos cor de violeta sem foco, enquanto os cirurgiões passavam correndo, entre ruídos de passos e estalar de máscaras, uma confusão de roupas verdes.

No dia seguinte tudo parecia bem. As enfermeiras me instruíram a sair da enfermaria no horário habitual, cinco da tarde, deixando a mãe e o bebê aos seus cuidados até de manhã. Pude então, com certo atraso, anunciar o nascimento por e-mail. Alguns amigos leram a boa notícia no momento exato em que eram informados de uma catástrofe que tirou a vida de outros. Um amigo, colega acadêmico com quem eu tinha me encontrado em Viena num século diferente, correria para pegar um avião em

Varsóvia. Minha mensagem, apesar de disparada à velocidade da luz, jamais o alcançou.

O ano de 2010 foi uma época de reflexão. Uma crise financeira dois anos antes tinha eliminado boa parte da riqueza do mundo, e uma recuperação hesitante estava favorecendo os ricos. Um afro-americano era presidente dos Estados Unidos. Uma grande aventura continental nos anos 2000, a ampliação da União Europeia para o leste, parecia concluída. Uma década depois da entrada no século XXI, duas décadas após o fim do comunismo na Europa, a sete décadas do início da Segunda Guerra Mundial, aquele parecia um ano de avaliações.

Eu trabalhava numa delas naquele ano, com um historiador na hora de sua morte. Admirava Tony Judt principalmente por sua história da Europa, *Pós-guerra*, publicada em 2005, que descrevia o improvável êxito da União Europeia em juntar fragmentos de impérios para formar a maior economia e a zona democrática mais importante do mundo. O livro termina com uma reflexão sobre a lembrança do Holocausto dos judeus na Europa. No século XXI, sugeria ele, procedimentos habituais e dinheiro não seriam suficientes: a decência política exigiria uma história de horror.

Em 2008, Tony descobrira que sofria de esclerose lateral amiotrófica (ELA), uma doença neurológica degenerativa. Tinha certeza de que morreria em breve, preso a um corpo que não serviria à sua mente. Depois que Tony perdeu o uso das mãos, começamos a gravar nossas conversas sobre temas do século XX. Estávamos ambos preocupados, em 2009, com as suposições norte-americanas de que o capitalismo era inalterável, e a democracia, inevitável. Tony escrevera sobre intelectuais irresponsáveis que contribuíram para o autoritarismo no século XX. Àquela altura ele estava aflito com uma nova irresponsabilidade no século XXI: uma rejeição

total a ideias que enfraquecia a discussão, estropiava a política e normalizava a desigualdade.

Enquanto conversávamos, eu escrevia sobre os assassinatos políticos em massa cometidos pela Alemanha nazista e pela União Soviética na Europa dos anos 1930 e 1940. Começava com as pessoas e suas casas, em particular judeus, bielorrussos, ucranianos, russos, bálticos e poloneses que tinham experimentado ambos os regimes nos lugares onde o poderio nazista e o soviético se sobrepunham. Embora os capítulos do livro fossem sombrios — epidemias de fome planejadas, valas comuns, câmaras de gás —, sua premissa era otimista: era possível determinar as causas dos assassinatos em massa, rememorar as palavras dos mortos. A verdade podia ser contada para ensinar lições.

Um capítulo desse livro era dedicado a um momento decisivo do século xx: a aliança nazi-soviética que iniciou a Segunda Guerra Mundial na Europa. Em setembro de 1939, a Alemanha nazista e a União Soviética invadiram a Polônia, ambas com o objetivo de destruir o Estado e a classe política do país. Em abril de 1940, a polícia secreta soviética assassinou 21 892 prisioneiros de guerra poloneses, em sua grande maioria instruídos oficiais da reserva. Os homens (e uma mulher) foram mortos com tiros na nuca em cinco centros de matança, um deles a floresta de Katyn, perto de Smolensk, na república russa da União Soviética. Para os poloneses, o massacre de Katyn se tornou sinônimo da repressão em geral.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a Polônia foi um regime comunista e um satélite soviético, por isso não se poderia discutir Katyn. Só quando a União Soviética se dissolveu, em 1991, os historiadores puderam esclarecer o que tinha acontecido. Documentos soviéticos não deixavam dúvida de que o assassinato em massa fora uma política deliberada, pessoalmente aprovada por Ióssif Stálin. Desde o fim da União Soviética, a nova Federação Russa tem se esforçado para lidar com o legado do terror stalinis-

ta. Em 3 de fevereiro de 2010, quando eu terminava meu livro, o primeiro-ministro russo fez uma surpreendente proposta ao seu homólogo polonês: uma cerimônia conjunta para recordar Katyn naquele abril, o sétimo aniversário do crime. À meia-noite do dia 1º de abril, no dia em que estava programado o nascimento de meu filho, despachei meu livro para a editora. Em 7 de abril, uma delegação do governo polonês, encabeçada pelo primeiro-ministro, chegou à Rússia. No dia seguinte, minha mulher deu à luz.

Dois dias depois, uma segunda delegação polonesa partiu para a Rússia. Dela faziam parte o presidente e a primeira-dama, comandantes das Forças Armadas nacionais, deputados, militantes políticos, padres e parentes dos assassinados em Katyn em 1940. Um dos integrantes era meu amigo Tomasz Merta, admirador teórico político — e vice-ministro da Cultura, departamento governamental responsável pelas comemorações nacionais. No começo da manhã de 10 de abril de 2010, um sábado, Tomasz embarcou num avião, que caiu às 8h41, perto de uma pista de pouso do aeródromo militar russo em Smolensk. Não houve sobreviventes. Numa maternidade em Viena um celular tocou, e a nova mãe gritou em polonês no quarto.

À noite, li as respostas ao anúncio de nascimento que eu enviara. Um amigo temia que eu não assimilasse a tragédia em meio à minha alegria: “Para que você não fique numa situação constrangedora, preciso lhe dizer que Tomasz Merta morreu”. Outro amigo, cujo nome estava na lista de passageiros, escreveu dizendo que tinha mudado de ideia e ficado em casa. Sua mulher daria à luz poucas semanas depois.

Terminou afirmando: “De hoje em diante tudo será diferente”.

Nas maternidades austríacas, as mães permanecem internadas por quatro dias, para que as enfermeiras lhes ensinem como

alimentar, dar banho, cuidar da criança. É tempo suficiente para que as famílias se conheçam, para que os pais descubram que línguas compartilham, para que conversas comecem. No dia seguinte, na maternidade, o assunto em polonês era conspiração. Boatos ganharam forma: os russos tinham derrubado o avião a tiros; o governo polonês participara do complô para matar o presidente, que não fazia parte do mesmo grupo político do primeiro-ministro. Uma nova mãe polonesa me perguntou minha opinião. Eu disse que tudo era muito improvável.

No dia seguinte, minha família recebeu alta para ir embora. Com o bebê dormindo num moisés, escrevi dois artigos sobre Tomasz: um obituário em polonês e um relato do desastre em inglês, que terminava com uma palavra de esperança sobre a Rússia. Um presidente polonês perdera a vida na pressa de lembrar um crime cometido em solo soviético. Manifestei a esperança de que o primeiro-ministro russo, Vladímir Pútín, aproveitasse a ocasião para refletir mais amplamente a respeito da história do stalinismo. Talvez fosse um apelo razoável, em meio ao luto de abril de 2010; como previsão, não poderia estar mais errado.

Desde então, tudo foi diferente. Pútín, que já tinha cumprido dois mandatos presidenciais antes de se tornar primeiro-ministro, anunciou em setembro de 2011 o desejo de voltar a ser presidente. Seu partido saiu-se mal nas eleições parlamentares de dezembro daquele ano, mas mesmo assim obteve maioria no Parlamento. Pútín voltou a ser presidente em maio de 2012, depois de outro processo eleitoral que pareceu fraudado. E tomou providências para que as discussões do passado soviético, como a que ele mesmo tinha iniciado a respeito de Katyn, fossem tratadas como infrações penais. Na Polônia, a catástrofe de Smolensk uniu a sociedade por um dia e em seguida polarizou-a durante anos. A obsessão com o desastre de abril de 2010 intensificou-se com o tempo, relegando a segundo plano o massacre de Katyn, que suas

vítimas queriam relembrar, e na prática varrendo para debaixo do tapete todos os episódios históricos de sofrimento polonês. A Polônia e a Rússia pararam de refletir sobre a história. Os tempos estavam mudando. Ou talvez nossa noção de tempo estivesse mudando.

A União Europeia mergulhou em uma sombra. Nossa maternidade de Viena, onde um plano de saúde de baixo custo cobria todas as despesas, era um lembrete do sucesso do projeto europeu, um exemplo de serviços que são garantidos a todos na maior parte da Europa, ainda que impensáveis nos Estados Unidos. O mesmo poderia ser dito a respeito do veloz e confiável metrô que me levava ao hospital: normal na Europa, inexequível em boa parte do território norte-americano. Em 2013, a Rússia se voltou contra a União Europeia, condenando-a como decadente e hostil. Seu êxito poderia levar os russos a pensar que antigos impérios eram capazes de se transformar em prósperas democracias, por isso sua existência subitamente estava em perigo.

Com a Ucrânia, um vizinho imediato, aproximando-se da UE, a Rússia invadiu o país e anexou parte de seu território em 2014. Em 2015, a Rússia ampliou uma extraordinária campanha de guerra cibernética a partir da Ucrânia para a Europa e os Estados Unidos, com a ajuda de numerosos europeus e norte-americanos. Em 2016, os britânicos decidiram em plebiscito sair da União Europeia, como Moscou vinha sugerindo havia tempos, e os norte-americanos elegeram Donald Trump como seu presidente, um resultado que os russos tinham trabalhado para alcançar. Entre outras limitações, o novo presidente norte-americano se mostrava incapaz de refletir sobre a história: não conseguiu demonstrar respeito à memória do Holocausto quando surgiu a ocasião, nem condenar os nazistas em seu próprio país.

O século xx tinha enfim acabado de fato, deixando lições não aprendidas. Uma nova forma de fazer política estava surgin-

do na Rússia, na Europa e nos Estados Unidos, uma nova falta de liberdade para satisfazer a uma nova época.

Escrevi aqueles dois artigos sobre o desastre de Smolensk depois de anos de reflexão a respeito da política de vida e de morte, numa noite em que a membrana entre elas parecia esgarçada. “Sua felicidade no meio da infelicidade”, como um dos meus amigos tinha escrito, e a primeira parecia tão imerecida quanto a segunda. Começo e fim estavam próximos demais, ou pareciam postos na ordem errada, a morte antes da vida, morrer antes de viver — o tempo não estava funcionando direito.

Em abril de 2010, ou mais ou menos nessa época, o caráter humano mudou. Quando escrevi o anúncio de nascimento do meu primeiro filho, tive que ir ao meu escritório para usar um computador; os smartphones ainda não eram muito difundidos. Eu esperava respostas em dias ou semanas, não de imediato. Quando minha filha nasceu, dois anos depois, isso havia mudado: ter um smartphone era a norma, e as respostas ou vinham imediatamente ou não vinham. Ter dois filhos é diferente de ter um; apesar disso, acho que, para todos nós, o tempo, quando a internet virou sinônimo de redes sociais, ficou mais fragmentado e esquivo.

As máquinas criadas para poupar tempo o estão consumindo. Quando perdemos a capacidade de aglutinar e recordar, tudo parece novo. Após a morte de Tony, em agosto de 2010, viajei para falar sobre o livro que tínhamos escrito juntos, ao qual ele dera o título de *Pensando o século XX*. Percorrendo os Estados Unidos, percebi que seu tema fora esquecido. Em quartos de hotel, vi a televisão russa brincar com a traumática história racial norte-americana, sugerindo que Barack Obama nascera na África. Pareceu-me estranho que a celebridade do ramo do entretenimen-

to Donald Trump se interessasse pelo assunto não muito tempo depois.

Ao entrar no novo século, norte-americanos e europeus foram guiados por uma fábula sobre “o fim da história”, que chamei aqui de *política da inevitabilidade*, o sentimento de que o futuro é apenas a repetição do presente, que as leis do progresso são conhecidas, que não existem alternativas, e portanto não há nada que se possa fazer. Na versão capitalista americana dessa fábula, a natureza produziu o mercado, que produziu a democracia, que produziu a felicidade. Na versão europeia, a história produziu os países, que aprenderam com a guerra que a paz era boa, e portanto escolheram a integração e a prosperidade.

Antes do colapso da União Soviética, em 1991, o comunismo também tinha a sua política da inevitabilidade: a natureza ensaia a tecnologia; a tecnologia produz mudanças sociais; mudanças sociais conduzem à revolução; a revolução materializa a utopia. Quando isso não aconteceu, defensores da política da inevitabilidade europeus e norte-americanos sentiram-se triunfantes. Os europeus empenharam-se em concluir a criação da União Europeia em 1992. Os norte-americanos concluíram que o fracasso da fábula comunista confirmava a verdade da fábula capitalista. Norte-americanos e europeus continuaram contando para si mesmos suas fábulas de inevitabilidade por mais um quarto de século depois do fim do comunismo, e dessa forma criaram uma geração alheia à história, a dos *millenials*.

A política norte-americana da inevitabilidade, como todas essas fábulas, mostrou-se resistente aos fatos. O destino da Rússia, da Ucrânia e da Bielorrússia depois de 1991 demonstrou suficientemente bem que a queda de um sistema não cria uma lousa em branco sobre a qual a natureza gera mercados, e mercados produzem direitos. O Iraque poderia ter confirmado essa lição em 2003, tivessem os iniciadores da guerra ilegal dos Estados Unidos

pensado em suas desastrosas consequências. A crise financeira de 2008 e a desregulamentação das contribuições de campanha nos Estados Unidos, em 2010, maximizaram a influência dos ricos e reduziram a dos eleitores. Enquanto a desigualdade econômica aumentava, os horizontes temporais encolhiam, e cada vez menos norte-americanos acreditavam que o futuro lhes reservava uma versão melhor do presente. Na falta de um Estado funcional que assegurasse benefícios sociais básicos, garantidos em outros países — instrução, aposentadoria, assistência médica, transporte, licença-maternidade e paternidade, férias remuneradas —, os norte-americanos podiam ser diariamente massacrados e perder o senso do futuro.

O colapso da política da inevitabilidade introduziu outra experiência de tempo: a *política da eternidade*. Enquanto a inevitabilidade promete um futuro melhor para todos, a eternidade coloca um país no centro de uma história cíclica de vitimização. O tempo não é mais uma linha reta para o futuro, mas um círculo que traz de volta, de forma incessante e infinita, as mesmas ameaças do passado. Na inevitabilidade, ninguém é responsável, porque todos sabemos que os detalhes se resolverão da melhor forma possível; na eternidade, ninguém é responsável porque todos sabemos que o inimigo está a caminho, independentemente do que fizermos. Os defensores da política da eternidade espalham a convicção de que o governo não pode ajudar a sociedade como um todo, apenas tomar precauções contra ameaças. O progresso dá lugar à condenação.

Quando no poder, os políticos da eternidade fabricam crises e manipulam a sensação resultante. Para não pensarem em sua própria incapacidade ou indisposição para reformar, instruem os cidadãos a sentirem euforia ou indignação a breves intervalos, afogando o futuro no presente. Em termos de política externa, os políticos da eternidade desmerecem e desfazem as conquistas

de países que podem ser vistos como modelo para seus cidadãos. Usando a tecnologia para difundir ficção política, tanto dentro como fora do país, negam a verdade e tentam reduzir a vida a espetáculo e sentimento.

Talvez houvesse mais coisas acontecendo nos anos 2010 do que pudemos apreender. Talvez a brusca sucessão de momentos entre o desastre aéreo de Smolensk e a presidência de Trump tenha sido uma época de transformação que não conseguimos viver como tal. Talvez estejamos pulando diretamente da sensação de uma época para a de outra porque sejamos incapazes de perceber como a história nos molda e como nós moldamos a história.

A inevitabilidade e a eternidade transformam fatos em narrativas. Os adeptos da inevitabilidade veem cada fato como um bipe que não altera em nada a história geral do progresso; os que acreditam na eternidade classificam cada novo acontecimento como apenas mais um exemplo de uma ameaça imune à passagem do tempo. Uns e outros fingem que são história; uns e outros dispensam a história. Os partidários da política da inevitabilidade ensinam que os detalhes do passado são irrelevantes, uma vez que qualquer coisa que aconteça serve apenas para prover mais grãos para o moinho do progresso. Os partidários da política da eternidade saltam de um momento para outro, deixando de lado décadas ou séculos, para construir um mito de inocência e perigo. Imaginam ciclos de ameaça no passado, criando um padrão imaginário que identificam no presente produzindo crises artificiais e dramas diários.

A inevitabilidade e a eternidade têm estilos de propaganda específicos. Os partidários da política da inevitabilidade tecem os fatos numa trama de bem-estar. Os defensores da política da eternidade suprimem fatos para negar a realidade de que as pessoas

são mais livres e mais ricas em outros países e refutar a ideia de que reformas podem ser formuladas com base em conhecimento. Nos anos 2010, boa parte do que acontecia era a criação deliberada de ficção política, histórias superdimensionadas e mentiras nem tão pequenas que exigiam atenção e colonizavam o espaço necessário para a contemplação. Mesmo assim, fosse qual fosse a impressão causada na época pela propaganda, não se tratava do veredicto final da história. Há uma diferença entre a memória, as impressões que nos transmitem, e a reflexão histórica, as conexões que nos empenhamos em fazer — se quisermos.

Este livro é uma tentativa de reconquistar o presente para o tempo histórico e, com isso, trazê-lo de volta para a política. Isso significa tentar compreender um conjunto de acontecimentos interligados em nossa história mundial contemporânea, da Rússia aos Estados Unidos, numa época em que a factualidade em si foi posta em dúvida. A invasão russa da Ucrânia em 2014 foi um teste de realidade para a União Europeia e para os Estados Unidos. Muitos europeus e norte-americanos consideraram mais fácil aceitar os fantasmas da propaganda da Rússia do que defender a ordem jurídica. Europeus e norte-americanos perderam tempo se perguntando se tinha havido mesmo uma invasão, se a Ucrânia era mesmo um país, se de alguma forma não merecera de fato ser invadida. Isso expôs uma ampla vulnerabilidade, que a Rússia logo tratou de explorar dentro da União Europeia e dos Estados Unidos.

A história como disciplina começou como um confronto com a propaganda de guerra. No primeiro livro de história, *As guerras do Peloponeso*, Tucídides teve o cuidado de estabelecer uma distinção entre os relatos feitos pelos governantes de suas próprias ações e as verdadeiras razões das decisões que tomaram. Em nossa época, com a desigualdade crescente irrigando o terreno da ficção política, o jornalismo investigativo se torna cada

vez mais precioso. Seu renascimento começou durante a invasão russa da Ucrânia, com repórteres corajosos produzindo matérias a partir de lugares perigosos. Na Rússia e na Ucrânia, iniciativas jornalísticas atacaram os problemas da cleptocracia e da corrupção, e em seguida repórteres com experiência nesses assuntos cobriram a guerra.

O que já aconteceu na Rússia é o que pode acontecer nos Estados Unidos e na Europa: a estabilização de uma desigualdade colossal, a substituição da política pela propaganda, a passagem da política da inevitabilidade para a política da eternidade. Os governantes russos puderam convidar europeus e norte-americanos para a eternidade porque a Rússia chegou lá primeiro. Os russos compreenderam as fraquezas dos Estados Unidos e da Europa porque já as tinham detectado e explorado em âmbito doméstico.

Para muitos europeus e norte-americanos, os acontecimentos dos anos 2010 — a ascensão da política antidemocrática, a guinada russa contra a Europa e a invasão da Ucrânia, o referendo do Brexit, a eleição de Trump — foram uma surpresa. Os norte-americanos tendem a reagir de duas maneiras quando são surpreendidos: imaginar que o acontecimento inesperado não está de fato acontecendo, ou alegar que é uma novidade absoluta e, portanto, insuscetível de compreensão histórica. Ou tudo de alguma forma acabará bem, ou tudo vai tão mal que nada pode ser feito. A primeira resposta é um mecanismo de defesa da política da inevitabilidade. A segunda, o rangido que a inevitabilidade produz pouco antes de desmoronar e desabar na eternidade. A política da inevitabilidade primeiro corrói a responsabilidade cívica para depois ser tragada para a da eternidade ao deparar com um desafio sério. Os norte-americanos reagiram dessas duas

maneiras quando o candidato da Rússia se tornou presidente dos Estados Unidos.

Nas décadas de 1990 e 2000, a influência fluía do oeste para o leste, no transplante de modelos econômicos e políticos, na difusão da língua inglesa e na ampliação da União Europeia e da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Enquanto isso, espaços desregulados do capitalismo norte-americano e europeu convidavam os russos ricos para um reino que não levava em conta a divisão geográfica entre Oriente e Ocidente — o das contas bancárias offshore, das empresas de fachada e das negociatas anônimas, onde a riqueza roubada do povo russo era lavada. Em parte por essa razão, nos anos 2010 a influência passou a fluir do leste para o oeste, à medida que a exceção das transações offshore se tornava regra e a ficção política da Rússia alcançava penetração fora de suas fronteiras. Em *As guerras do Peloponeso*, Tucídides definiu “oligarquia” como o domínio de poucos, opondo-a à “democracia”. Para Tucídides, “oligarquia” significava um governo de poucos e ricos; a palavra nesse sentido ganhou vida novamente na língua russa nos anos 1990, e em seguida, com boas razões, na língua inglesa nos anos 2010.

Conceitos e práticas passavam do leste para o oeste. Exemplo disso é a palavra “fake” [falsa], como na expressão “fake news”. Parece invenção norte-americana, e Donald Trump a reivindica; mas o termo era usado na Rússia e na Ucrânia bem antes de começar sua carreira nos Estados Unidos. Significava criar um texto fictício que posava como jornalismo, com o duplo objetivo de espalhar confusão a respeito de determinado acontecimento e de desacreditar o jornalismo como um todo. Os partidários da política da eternidade primeiro se incumbiram, eles próprios, de espalhar fake news, depois passaram a alegar que toda notícia é falsa, e por fim que só seus espetáculos são reais. A campanha russa para inundar de ficção a esfera pública internacional começou

na Ucrânia em 2014 e depois se espalhou para os Estados Unidos em 2015, onde ajudou a eleger um presidente em 2016. As técnicas eram as mesmas em toda parte, apesar de se tornarem mais sofisticadas com o tempo.

A Rússia nos anos 2010 era um regime cleptocrático que buscava exportar a política da eternidade: demolir a factualidade, preservar a desigualdade e acelerar tendências similares na Europa e nos Estados Unidos. Isso é bem visível a partir da Ucrânia, onde a Rússia travou uma guerra de verdade ao mesmo tempo que ampliava campanhas para desfazer a União Europeia e os Estados Unidos. O conselheiro do primeiro candidato presidencial norte-americano pró-Rússia tinha sido conselheiro do último presidente ucraniano pró-Rússia. Táticas russas que fracassaram na Ucrânia tiveram êxito nos Estados Unidos. Oligarcas russos e ucranianos esconderam seu dinheiro de uma maneira que sustentava a carreira de um candidato presidencial norte-americano. Isso tudo faz parte da mesma história, a história do nosso momento e das nossas escolhas.

Será que a história pode ser tão contemporânea? Pensamos nas Guerras do Peloponeso como história antiga, uma vez que os atenienses combateram os espartanos mais de 2 mil anos atrás. Mas Tucídides, seu historiador, descreveu acontecimentos que tinha vivido. Incluiu discussões do passado na medida em que eram necessárias para esclarecer o que estava em jogo no presente. Este livro segue humildemente tal abordagem.

Na contramão da liberdade mergulha na história russa, ucraniana, europeia e norte-americana como um gesto necessário para definir os problemas políticos do presente e dissipar alguns mitos que os envolvem. Utiliza-se de fontes primárias dos países envolvidos e busca padrões e conceitos que possam nos ajudar a

compreender nossa própria época. Os idiomas das fontes — russo, ucraniano, polonês, alemão, francês e inglês — são ferramentas de estudo e também fontes de experiência. Li, vi e ouvi a mídia da Rússia, da Ucrânia, da Europa e dos Estados Unidos ao longo desses anos, viajei a muitos lugares pertinentes para a pesquisa e pude por vezes comparar relatos dos acontecimentos com minha própria experiência, ou com a experiência de pessoas que conheci. Cada capítulo é dedicado a um acontecimento e a um ano em particular — a volta do pensamento totalitário (2011); o colapso da política democrática na Rússia (2012); o ataque russo à União Europeia (2013); a revolução na Ucrânia e a invasão russa subsequente (2014); a difusão da ficção política na Rússia, na Europa e nos Estados Unidos (2015); e a eleição e a presidência de Donald Trump (2016).

Ao sugerir que os alicerces políticos não podem de fato mudar, a política da inevitabilidade espalha incerteza sobre o que são de fato esses alicerces. Se acharmos que o futuro é uma extensão automática da boa ordem política, não precisamos indagar que ordem é essa, por que é boa, como se sustenta e como pode ser aperfeiçoada. A história é — e deve ser — pensamento político, no sentido de ser capaz de abrir uma brecha entre a inevitabilidade e a eternidade, impedindo-nos de flutuar de uma para a outra, ajudando-nos a ver o momento em que podemos provocar mudanças.

Enquanto emergimos da inevitabilidade e nos confrontamos com a eternidade, uma história de desintegração pode servir como guia para executar os devidos reparos. A erosão mostra o que resiste, o que pode ser reforçado, o que pode ser reconstruído e o que precisa ser reinventado. Levando em conta que compreender é conquistar poder, os títulos dos capítulos deste livro são formulados como alternativas: “Individualismo ou totalitarismo”; “Sucessão ou fracasso”; “Integração ou império”; “Novi-

dade ou eternidade”; “Verdade ou mentiras”; “Igualdade ou oligarquia”. Dessa forma, individualidade, resistência, cooperação, inovação, honestidade e justiça figuram como virtudes políticas. Essas qualidades não são meras trivialidades ou preferências, mas fatos históricos, não menos concretos do que as forças materiais podem ser. As virtudes são inseparáveis das instituições que inspiram e alimentam.

Uma instituição pode cultivar certas ideias do bem e também depender delas. Para prosperar, as instituições precisam de virtudes; para serem cultivadas, as virtudes precisam de instituições. A questão moral do bem e do mal na vida pública jamais pode ser separada da investigação histórica estrutural. As políticas da inevitabilidade e da eternidade é que fazem as virtudes parecerem irrelevantes ou até risíveis: a inevitabilidade por prometer que o bem é o que já existe e deve, previsivelmente, ampliar-se; a eternidade por afirmar que o mal é sempre externo e que somos, para sempre, vítimas inocentes.

Se quisermos dispor de um relato melhor do bem e do mal, teremos que ressuscitar a história.

1. Individualismo ou totalitarismo (2011)

Com a lei nossa terra deve avançar, mas com a ilegalidade perecerá.

Saga de Njal, c. 1280

Aquele que pode abrir uma exceção é um soberano.

Carl Schmitt, 1922

A política da inevitabilidade é a ideia de que não existem ideias. Os que a adotam negam a importância das ideias, provando com isso apenas que se acham sob influência de uma poderosa ideia. Segundo o clichê da política da inevitabilidade, “não há alternativas”. Aceitá-lo é negar a responsabilidade individual de observar a história e promover mudanças. A vida se torna uma caminhada sonâmbula para um túmulo já marcado, num lote já comprado.

A eternidade emerge da inevitabilidade como um fantasma

de um cadáver. A versão capitalista da política da inevitabilidade — o mercado como substituto da política — gera desigualdade econômica, que enfraquece a crença no progresso. Quando a mobilidade social é interrompida, a inevitabilidade dá lugar à eternidade, e a democracia cede a vez à oligarquia. Um oligarca contando a fábula de um passado inocente, talvez com a ajuda de ideias fascistas, oferece uma falsa proteção ao povo, cujas dores são reais. A crença de que a tecnologia está a serviço da liberdade abre caminho para o espetáculo desse oligarca. Enquanto a distração substitui a concentração, o futuro se dissolve nas frustrações do presente, e a eternidade torna-se o dia a dia. O oligarca faz a travessia para a política real partindo de um mundo de ficção, e governa invocando o mito e fabricando crises. Nos anos 2010, uma dessas pessoas, Vladímir Pútín, escoltou outra, Donald Trump, da ficção para o poder.¹

A Rússia chegou primeiro à política da eternidade, e os poderosos locais protegeram a si mesmos e a sua riqueza exportando-a. O oligarca-chefe, Vladímir Pútín, escolheu o filósofo fascista Ivan Ilin como guia. O poeta Czesław Miłosz escreveu em 1953 que “só na metade do século xx os habitantes de muitos países europeus compreenderam, em geral por meio do sofrimento, que complexos e difíceis livros de filosofia têm influência direta sobre seu destino”. Alguns dos livros de filosofia que hoje importam foram escritos por Ilin, que morreu um ano depois que Miłosz fez sua observação. O renascimento de Ivan Ilin pelo discurso oficial na Rússia nos anos 1990 e 2000 deu vida nova à sua obra, quando o fascismo se adaptava para tornar possível a oligarquia, na forma de ideias específicas que vêm ajudando governantes a trocarem a inevitabilidade pela eternidade.²

O fascismo dos anos 1920 e 1930, a era de Ilin, tinha três características essenciais: celebrava a vontade e a violência, acima da razão e do direito; propunha um líder com uma conexão

mítica com o seu povo; e caracterizava a globalização como uma conspiração, e não como um conjunto de problemas. Ressuscitado nas condições de desigualdade de hoje na forma da política da eternidade, o fascismo serve aos oligarcas como catalisador das transições que se afastam do debate público e se aproximam da ficção política; que se afastam da eleição com significado e se aproximam da falsa democracia; que se afastam do primado da lei e se aproximam de regimes personalistas.³

A história sempre continua, e as alternativas sempre aparecem. Ilin representa uma dessas alternativas. Ele não é o único pensador fascista ressuscitado no nosso século, porém é o mais importante. É um guia na estrada cada vez mais escura da falta de liberdade, que leva da inevitabilidade para a eternidade. Estudando suas ideias e sua influência, podemos perscrutar essa estrada à procura de luz e de saídas. Isso significa pensar historicamente: perguntar como ideias do passado podem ter importância no presente, comparar a era de globalização de Ilin com a nossa, reconhecendo que então, como agora, as possibilidades eram reais, e havia mais de duas. O sucessor natural do véu da inevitabilidade é a mortalha da eternidade, mas há alternativas que precisam ser descobertas antes que a mortalha assuma seu lugar. Aceitando a eternidade, sacrificamos a individualidade e não vemos mais possibilidades. A eternidade é outra ideia segundo a qual não existem ideias.

Quando a União Soviética entrou em colapso, em 1991, os partidários norte-americanos da política da inevitabilidade proclamaram o fim da história, enquanto alguns russos buscavam novas autoridades num passado imperial. Ao ser fundada, em 1922, a União Soviética herdou quase todo o território do Império Russo. Os domínios do tsar tinham sido os maiores do mundo, estendendo-se de oeste a leste do meio da Europa às costas do Pacífico, e de norte a sul do Ártico à Ásia Central. Apesar de a Rússia ser basicamente um país de camponeses e nômades, suas

classes médias e seus intelectuais, quando o século xx começou, pensavam numa maneira de tornar mais moderno e mais justo um império governado por um autocrata.

Ivan Ilin, nascido numa família nobre em 1883, foi um jovem típico de sua geração. No começo dos anos 1900, queria que a Rússia se tornasse um Estado governado por leis. Após o desastre da Primeira Guerra Mundial e a experiência da Revolução Bolchevique de 1917, Ilin tornou-se um contrarrevolucionário, um defensor de métodos violentos contra a revolução e, com o tempo, autor de um fascismo cristão destinado a derrotar o bolchevismo.⁴ Em 1922, poucos meses antes de a União Soviética ser fundada, ele foi exilado de sua terra natal. Escrevendo em Berlim, ofereceu um programa para os adversários da nova União Soviética, conhecidos como Brancos. Eram homens que tinham lutado contra o Exército Vermelho dos bolcheviques na longa e sangrenta Guerra Civil Russa e em seguida partiram, como Ilin, para o asilo político na Europa. Mais tarde, Ilin formulou seus escritos como orientação para governantes russos que chegassem ao poder depois do fim da União Soviética. Morreu em 1954.

Depois que uma nova Federação Russa emergiu da defunta União Soviética, em 1991, o pequeno volume de Ilin intitulado *Nossas tarefas* começou a circular em novas edições locais, compilações de suas obras foram publicadas, e suas ideias ganharam poderosos seguidores. Ele morrera esquecido na Suíça; Pútín organizou um novo sepultamento em Moscou em 2005. Os documentos pessoais de Ilin tinham ido parar na Michigan State University: Pútín despachou um mensageiro para solicitá-los de volta. Àquela altura Pútín citava Ilin nos discursos presidenciais que proferia todos os anos na assembleia geral do Parlamento russo. Eram discursos importantes, redigidos pessoalmente por Pútín. Nos anos 2010, Pútín recorreu a Ilin para explicar por que a Rússia tinha de enfraquecer a União Europeia e invadir a Ucrâ-

nia. Quando lhe pediram que dissesse o nome de um historiador, Pútin citou Ilin como sua autoridade no passado.⁵

A classe política russa seguiu o exemplo de Pútin. Seu mestre da propaganda, Vladislav Surkov, adaptou ideias de Ilin ao mundo da mídia moderna. Surkov orquestrou a ascensão de Pútin ao poder e supervisionou a consolidação da mídia que assegurou seu mandato aparentemente eterno. Dmítri Medvedev, o chefe formal do partido político de Pútin, recomendava Ilin à juventude russa. O nome do autor estava nos lábios dos líderes dos falsos partidos de oposição, dos comunistas e dos liberal-democratas (de extrema direita), que desempenharam sua parte na criação do simulacro de democracia que Ilin tinha recomendado. Ilin foi citado pelo chefe do tribunal constitucional, inclusive no momento em que sua ideia de que a lei significava amor por um líder ganhava força. Foi mencionado por governadores regionais russos enquanto a Rússia se tornava o Estado centralizado que ele defendia. No começo de 2014, membros do partido governante da Rússia e todos os funcionários públicos do país receberam do Krêmlin uma coleção das publicações políticas de Ilin. Em 2017, a televisão local comemorou o centésimo aniversário da Revolução Bolchevique com um filme que apresentava Ilin como uma autoridade moral.⁶

Ilin era um partidário da política da eternidade. Seu pensamento entrou em voga quando a versão capitalista da política da inevitabilidade colapsava na Rússia dos anos 1990 e 2000. Enquanto a Rússia se tornava uma cleptocracia organizada nos anos 2010, e a desigualdade interna adquiria proporções assombrosas, a influência de Ilin atingia o ponto máximo. A ofensiva russa à União Europeia e aos Estados Unidos revelou, ao seleccioná-los como alvos, certas virtudes políticas que Ilin, como filósofo, ignorava ou desprezava: individualismo, sucessão, integração, novidade, verdade, igualdade.⁷